

PROCESSO Nº: 34 / 2020

Processo: 34 / 2020

Data de entrada: 30 de Junho de 2020

Autor: Chefe do Executivo

Ementa: VETO PARCIAL ao Projeto de Lei 190/2020, de autoria do Chefe do Executivo, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências", conforme mensagem nº 052/2020.

Despacho Inicial:



_____**NORMA JURIDICA**_____





PREFEITURA DO NATAL

RECEBIDO
Em 30/06/2020
Ives Kleiton da Silva
Coordenador de Assessoria
Legislativa e Normativa
Matrícula: 54114

Processo 34/2020

MENSAGEM Nº. 052/2020

A Sua Excelência o Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Presidente da Câmara Municipal de Natal

CMN - PROCESSO
Nº 34/2020
FOLHA: 02 de 04

Em 27 de junho de 2020.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Orgânica do Município de Natal, decidi vetar parcialmente o **Projeto de Lei nº 190/2020**, de autoria da Chefe do Executivo Municipal, aprovado na sessão plenária realizada no dia **25 de junho de 2020** e recebido pelo Gabinete Civil desta Municipalidade na data de **26 de junho de 2020**, que "**Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências**", na forma das **RAZÕES DE VETO PARCIAL** adiante explicitadas.

RAZÕES DE VETO PARCIAL

Da análise de seu teor, verifica-se que pretende o Poder Legislativo modificar aspectos do art. 1º, art. 3º, incisos XX e XXI, art. 4º, §§1º, 2º e 5º, art. 8º, incisos I, II e III, art. 11, §1º do art. 14, e criação do §4º deste mesmo art., incisos II e IV e §1º do art. 16, e criação do §2º deste mesmo art., art. 18, criando os §§1º, 2º e 3º, art. 20 e criação de seu parágrafo único e a criação do art. 21-A, criando a Carreira de Agentes de Mobilidade Urbana, com 18 (dezoito) níveis, cada um com 3 (três) Padrões, representados pelas letras A, B e C, entre diversas outras alterações

Com efeito, não se vislumbra óbice de cunho jurídico no que é tratado pela grande maioria das alterações propostas à Lei 6.419, de 20 de novembro de 2013, pelo Projeto de Lei em questão, especialmente acerca da criação da Carreira de Agentes de Mobilidade Urbana, bem como as delimitações legais e administrativas e as que tangem acerca da competência da nova carreira.

No caso específico da presente proposição normativa, é possível a sanção respectiva, vez que, dentre as diversas competências legislativas abrangidas pela esfera de atuação do Município, encontra-se o interesse na criação da Carreira em questão.



PREFEITURA DO NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 34/2020
FOLHA: 03 Fm

Noutro pórtico, a despeito da louvável iniciativa de buscar um adicional de condutor de viatura, o §2º do art. 16 deste Projeto de Lei acaba por impor obrigações orçamentárias ao Poder Executivo Municipal que não se encaixam nas possibilidades financeiras desta Municipalidade, inclusive, já sendo atestado pelo Executivo a possibilidade de adicional correspondente a 20% (vinte por cento), resposta fruto de estudo em cima do impacto financeiro da matéria, enquanto a pretensão exposta no texto da Lei é de 22% (vinte e dois por cento), sendo economicamente incompatível com as possibilidades realizáveis.

Desta forma, legislar sobre matéria de regime jurídico de servidores municipais, tal qual indica o art. 55, inciso XVI, da Lei Orgânica Municipal, de forma a alterar a estrutura administrativa desta Municipalidade, além de gerar novas despesas, exsurge como competência exclusiva do Chefe do Poder Executivo Municipal, de forma que a proposição de adicional de condutor de viatura não pode prosperar, vez que incorre em invasão da competência, ou seja, em inconstitucionalidade formal.

Desta forma, tal como posto, o § 2º do art. 16 do referido Projeto de Lei não se mostra proporcional/razoável por estar em desconformidade com os recursos financeiros disponíveis do Município de Natal e invade esfera de competência privativa do Chefe do Poder Executivo Municipal, circunstância que impede o juízo positivo de constitucionalidade.

Pelas razões expostas, Senhor Presidente e Senhores Vereadores,
VETO PARCIALMENTE o Projeto de Lei nº. 190/2020, especificamente §2º do art. 16.

Atenciosamente,


ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito

q. 728/20
(em 28/06/20)

Projeto de Lei: 190 / 2020

Data de entrada: 9 de Junho de 2020

Autor: Chefe do Executivo

Objeto: Altera e acrescenta dispositivo à Lei nº 6.419
de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências.

CMN - PROCESSO
Nº 84/2020
FOLHA: 04 7/11

Assinatura Inicial:



_____**NORMA JURIDICA**_____





PREFEITURA DO
NATAL

AO SETOR LEGISLATIVO
Em, 03/06/2020

Flávio Fonseca de Assis
Chefe de Gabinete da Presidência

PROJETO DE LEI nº 190/2020
MENSAGEM Nº. 048/2020

À sua Excelência o Senhor
PAULO EDUARDO DA COSTA FREIRE
Presidente da Câmara Municipal do Natal

Natal, 08 de junho de 2020.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de submeter a Vossa Excelência e aos demais parlamentares que compõem esse Egrégio Poder Legislativo, o presente Projeto de Lei que **“Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419 de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências”**.

O presente Projeto de Lei tem como objetivo alterar a Lei Complementar nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, com o objetivo de aperfeiçoá-la e de cumprir exigências legais, posto que trata de assunto de interesse local.

O Projeto em cerne pretende, ainda, aprimorar a interpretação aos dispositivos presentes no texto original da Lei a ser alterada, tornando-os mais eficazes e compatíveis com os direitos e garantias fundamentais, garantidos pela Carta Magna de 1988, acrescentando, modificando e revogando diversos itens que compunham a Lei Complementar 6.419/2013.

Vem assim o Projeto de Lei em tela como uma solução crítica às distorções e inconstitucionalidades, como os conflitos de competência que dificultam diversos serviços, que vieram a ser evidenciadas ao longo dos anos, tornando a Lei adequada às suas finalidades, além de tratar de melhorias às condições de trabalho dos Agentes de Mobilidade.



PREFEITURA DO
NATAL

CMN Nº 34 PROCESSO 2000
FOLHA: 05 PMN

Além disso, há a adequação de termos como “motorista” para “condutor”, e “gratificação” por “adicional”, visando a congruência da lei com a realidade e mudanças que ocorrem nas circunstâncias sociais.

Pelo exposto, submetemos a apreciação de Vossas Excelências o presente Projeto de Lei solicitando sua aprovação por ser de relevante interesse público, e pela importância desta iniciativa, espera-se contar com o apoio necessário para a aprovação da presente proposição.

Destarte, contando com o elevado espírito público que norteia as ações de Vossa Excelência e demais edis, reitero os votos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,


Alvaro Costa Dias
PREFEITO



PROJETO DE LEI

Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DO NATAL,

Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. A Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º. **Fica criada**, nos termos desta lei, a **Carreira dos Agentes de Mobilidade Urbana**, constituída por 18 (dezoito) níveis, cada Nível com **03 (três)** Padrões representados pelas letras **A, B e C**, observadas as seguintes diretrizes:

Art. 3º Compete ao Agente de Mobilidade **Urbana**, cumprir e fazer cumprir, no âmbito da circunscrição do Município do Natal, as leis 9.503, de 23 de setembro de 1997 e 5.022 de 08 de Julho de 1998, atribuindo-se a estes:

XX. Operacionalizar as diretrizes estabelecidas pelo Titular da STTU, através do Departamento de Fiscalização e Vistoria- DFV; e

XXI. Desenvolver e exercer as atividades correlatas que lhe forem atribuídas, no âmbito dos Departamentos e Setores da STTU.

Art. 4º. Fica criado o cargo de provimento efetivo de Agente de Mobilidade Urbana, com quantitativo fixado pelo Anexo I, parte integrante desta Lei.

§1º O Cargo referido no caput deste artigo, será provido por concurso público, nos termos do art. 37, II, da constituição Federal para cujo desempenho é exigido o grau de instrução de **Ensino Fundamental**.

§2º O ingresso no cargo, dar-se-á no nível e padrão inicial da presente carreira, conforme disposto no Anexo II, parte integrante desta lei, **ressalvado o disposto no art. 20.**

§5º. O Agente de Mobilidade Urbana será identificado através de Carteira Funcional fornecida e conforme padrão definido pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana.

Art. 8º A Progressão por grau de Formação consiste na passagem do servidor do Padrão A para o mesmo Nível no Padrão B e do Padrão B, para o mesmo Nível no Padrão C, atendidos os requisitos exigidos para cada Padrão, sendo estes:

I - PADRÃO A: Ensino Fundamental;

II - PADRÃO B: Ensino Médio completo;

III - PADRÃO C: Ensino Superior completo.

Art. 11. Os Níveis do padrão B terão um acréscimo de 10% (dez por cento) em relação aos mesmos Níveis no Padrão A e os Níveis do padrão C terão um acréscimo de 10% (dez por cento) em relação aos mesmos Níveis no Padrão B.

Art. 14.....

§ 1º Para efeito do disposto neste artigo, serão considerados somente os cursos e as instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação, bem como os estabelecidos no decreto regulamentar que será editado em até 90 (noventa) dias após a entrada em vigor desta lei.

Art. 16.....

II. Estejam regularmente designados, em Escala de Serviço, para o exercício da função de condutor de viatura operacional, sem prejuízo das demais atribuições de seu cargo ou função;

IV. Exercçam efetivamente a atividade de condutor.

§1º Para fins de pagamento da gratificação, enquadram-se, como viatura operacional, os veículos elencados no art. 96 do Código de Trânsito Brasileiro além daqueles que vierem a ser utilizados pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana na fiscalização e organização do sistema de transporte e trânsito do Município do Natal, inclusive no patrulhamento preventivo.



PREFEITURA DO
NATAL

CMNatal - Projeto de Lei
Número. 190/2020
Folha. 05/16

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 06 Pmp

§2º. O **Adicional** de condutor de Viatura corresponderá a 20% (vinte por cento) do padrão de vencimento A, Nível I, desta carreira.

Art. 18. Ficam **extintos** os cargos de provimento efetivo de Fiscais de Transportes Urbanos e Fiscais de Transportes Coletivos, existentes na Secretaria de Mobilidade Urbana.

Parágrafo único. Ficam aproveitados nos cargos criados pelo *caput* do art. 4º, os servidores efetivos, ocupantes dos cargos extintos pelo *caput* deste artigo, respeitada a correlação prevista no Anexo III desta Lei.

Art. 20. Para efeito de enquadramento dos servidores nesta Carreira, será levado em conta o tempo de serviço efetivo, e o **Grau de Formação**, efetuando-se a progressão a que fizerem *jus*, a partir da vigência da Lei 4.108/92, até a data da publicação desta Lei, independentemente de avaliação de desempenho, considerando-se para cada dois anos, de efetivo exercício, um nível a ser alcançado.”

Art. 2º. Ficam revogados os incisos I a X e XIII do artigo 3º da Lei 6.419/2013.

Art. 3º. Fica revogado o §3º do artigo 4º da Lei 6.419/2013.

Art. 4º. Fica revogado o inciso III do artigo 16 da Lei 6.419/2013.

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Felipe Camarão, em Natal, 08 de junho de 2020.


ÁLVARO COSTA DIAS
Prefeito



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

PROJETO DE LEI	190/2020
AUTOR(A)	Chefe do Executivo
DESTINO	Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, consultando a base de dados deste Departamento Legislativo, não foi identificada a existência de proposição em tramitação ou já convertida em lei semelhante a esta nesta Casa Legislativa.

Ressalta-se que esta certidão não exclui a apreciação das Comissões Temáticas para decidir sobre a existência ou não de proposição similar, podendo incorrer no disposto no art. 59, inciso VI e VII, do regimento interno desta Casa Legislativa Municipal.

Natal, 09 de junho de 2020.

Virgílio Macedo Neto
Assessor Técnico Legislativo
MAT.: 5406692



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

DESPACHO

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 190/2020 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de _____ dias, por se encontrar no regime de tramitação _____, nos termos do artigo 52, _____, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 16 de junho de 2020.



PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☐ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☐ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☒ Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, Idosos, Trabalho e Minorias
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Inovação.

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 16 de junho de 2020.

 Camila Rocha

PROCURADOR
PROCURADORIA LEGISLATIVA

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL**

DESIGNO O VEREADOR (A) Kleber Fernandes

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 19/06/2023


VERA. NINA SOUZA
PRESIDENTE



**PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Procuradoria Legislativa**

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 03. gmmw

Projeto de Lei nº 190/2020

Interessado: Chefe do Poder Executivo

Assunto: Altera e acrescenta dispositivo à Lei nº 6.419 de 20 de novembro de 2013

I

Trata-se de Projeto de Lei, de autoria do Prefeito Municipal, que visa a alterar e acrescentar dispositivos à Lei nº 6.419 de 20 de novembro de 2013, que trata das carreiras dos agentes de trânsito e fiscais de transportes da secretaria municipal de mobilidade urbana.

O Vereador Kleber Fernandes, relator da matéria no âmbito da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, solicitou a esta Procuradoria Legislativa parecer sobre a proposição.

II

Analisando os autos, verifica-se que, no aspecto formal, se trata de matéria cuja propositura é de iniciativa privativa do chefe do Poder Executivo, nos termos do art. 39 c/c art. 21 da Lei Orgânica Municipal e não se trata de matéria de competência privativa de outro ente federativo, estando abarcada pela competência municipal para tratar de matéria de interesse local, nos termos do art. 30, I, da Constituição Federal.

A Lei Orgânica do Município de Natal dispõe, em seu art.55, III, que compete privativamente ao Prefeito iniciar o processo legislativo na forma e nos casos nela previstos. Já o art. 39, §1º, c/c art. 21 determinam:

Art. 39. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, ao Prefeito e a cinco por cento do eleitorado registrado na última eleição.

§1º É de competência privada do Prefeito a iniciativa de projetos de lei que disponham sobre matérias constantes dos incisos II, III, VIII, IX e X, do artigo 21, desta Lei.

Art. 21. Compete à Câmara Municipal, com a sanção do Prefeito, não exigida esta para o especificado no Art. 22, Inciso III, legislar sobre todas as matérias de competência do Município, especialmente sobre:

I - sistema tributário, arrecadação e aplicação de rendas;

II - Plano Plurianual de Investimentos, Diretrizes Orçamentárias, Orçamento Anual, operações de crédito e dívida pública;

III - fixação e modificação do efeito da Guarda Municipal;

IV - políticas, planos e programas municipais, locais e setoriais de desenvolvimento;

V - criação, organização e supressão de Distrito;

VI - concessão de isenção e anistia fiscal e remissão de dívida e de crédito tributário;

VII - organização da Procuradoria Geral do Município;

VIII - criação, transformação e extinção de cargo, de emprego e de função pública, inclusive a fixação de seu efetivo e dos vencimentos e das vantagens;

IX - criação, estruturação e atribuições das Secretarias Municipais e dos órgãos da administração direta e indireta do Município, correspondendo autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades economia mista;

X - matéria financeira e orçamentária;

XI - normas gerais sobre a exploração de serviço público e de utilidade pública;

XII - Plano Diretor de uso do solo, compreendendo Zoneamento urbano, regulamentação de regulamento do solo, normas edificiais e de preservação do patrimônio cultural e de proteção ao meio ambiente;

XIII - aprovação de ato de concessão ou permissão de serviço público, inclusive de transporte coletivo e de cemitério particular.

Vê-se, portanto, que o Chefe do Poder Executivo, ao legislar sobre a carreira de agente de mobilidade urbana, no âmbito da Administração Municipal, mais especificamente na Secretaria de Mobilidade Urbana, está agindo na esfera de suas atribuições.

Deve ser observado, entretanto, que desde a edição da Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que Estabelece o Programa Federativo de

Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), está proibido aos entes federativos a criação emprego, cargo ou função que implique aumento de despesa. É o que diz o art. 8º, II da supracitada Lei:

Art. 8º Na hipótese de que trata o art. 65 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios afetados pela calamidade pública decorrente da pandemia da Covid-19 ficam proibidos, até 31 de dezembro de 2021, de:

(...)

II - criar cargo, emprego ou função que implique aumento de despesa;

Assim, estando o Estado do Rio Grande do Norte (Decreto nº 29.630, de 22 de abril de 2020) e o Município de Natal (Decreto nº 11.964, de 11 de maio de 2020) em estado de calamidade pública decorrente do novo coronavírus, deve se verificar se a criação do cargo da presente proposição tem por implicação aumento de despesa.

Deve se observar, ainda, que o ano de 2020 é o último do mandato e ano eleitoral e que a legislação impõe uma série de limitações quanto à criação de despesas, inclusive despesas com pessoal. Nesse sentido, é importante que para implementação sejam observadas, pelo Chefe do Poder Executivo, as vedações previstas especialmente na Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 e na Lei Federal nº 9.504, de 30 de setembro de 1997, sob pena de responsabilização.

Recomenda-se, por fim, seja realizada, por meio de emenda, correção para que a estrutura do Projeto de Lei esteja de acordo com a Lei Complementar Federal nº 95/1998, que dispõe sobre a elaboração, a redação, a alteração e a consolidação das leis.

Como há o objetivo de modificar o art. 1º, que contém o objeto da lei, o mesmo deve ser também realizado em sua ementa porque, conforme determina o art. 5º, deve ela explicitar, de modo conciso e sob a forma de título, o objeto da lei. Assim, sugere-se uma emenda com a seguinte redação: “A ementa da Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação: ‘Cria a carreira dos Agentes de Mobilidade Urbana – STTU’”.

III

Diante do exposto, a conclui-se que:

a) Constitui atribuição privativa do Prefeito dispor sobre a carreira de agente de mobilidade urbana, no âmbito da Administração Municipal, nos termos do art. 39 c/c art. 21 da LOM, sendo matéria de competência municipal.

b) A compatibilidade do presente Projeto de Lei Complementar com a Lei Complementar Federal nº 173, de 27 de maio de 2020, que Estabelece o Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus SARS-CoV-2 (Covid-19), está adstrita à comprovação da inexistência de aumento de despesa com a criação de novo cargo, emprego ou função.

c) Sendo o ano de 2020 o último ano do mandato, ano eleitoral, deve o Chefe do Poder Executivo atentar para as limitações previstas na legislação (LRF e Eleitoral), especialmente as limitações temporais, quanto ao aumento de despesa de pessoal, sob pena de possível responsabilização.

Caso superadas as questões apontadas nos itens *b* e *c*, recomenda-se seja apresentada emenda para alteração da ementa da Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, conforme acima proposto.

Natal, 16 de junho de 2020.

DANIEL SIQUEIRA LEVIS
Procurador Legislativo Municipal

PEDRO DE ALCÂNTARA FARIAS SEGUNDO
Procurador Legislativo Municipal

PARÊCER

22/06/2020.

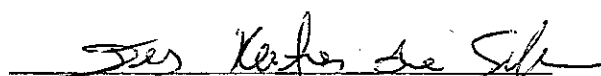
Acordo o Parecer acima, EXARADO PELA
PROCURADORIA JUDICIAL DESTA CASA LEGISLATIVA
COM SUA TOTALIDADE

VEREADOR KLEBER FERNANDES
REZADOR

TERMO DE JUNTADA DE EMENDA

Em 23 de junho de 2020, precedi a juntada da emenda ao Projeto de Lei nº 190 de 2020, de autoria do Chefe do Poder Executivo, faço anexar a presente emenda aos autos.

Natal, 23 de junho de 2020.



Ives Kleiton da Silva
Coordenador de Assuntos
Legislativos e Normativos
Matrícula: 5413433



EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020

CMN - PROCESSO
Nº 89 / 2020
FOLHA: 11 Pm

Art. 1º Altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 190/2020, acrescentando a modificação do §2º ao artigo 16 da Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, com a seguinte redação:

“Art.16 (...)

§2º O adicional de condutor de Viatura corresponderá a 22% (vinte e dois por cento) do padrão de vencimento A, Nível I, desta carreira.”

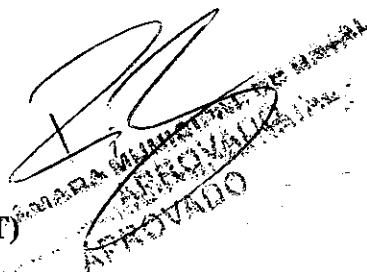
Natal, 23 junho de 2020.

Justificativa:

A alteração trazida no artigo 16º que trata do adicional de condutor de Viatura – ACV, especificamente §2º, ao trazer a seguinte redação “O Adicional de condutor de Viatura corresponderá a 20% (vinte por cento) do padrão de vencimento A, Nível I, desta carreira” gera prejuízo ao servidor, visto que, essa gratificação era paga sobre o valor anteriormente do padrão A, Nível I antes nível médio. Desta forma, a presente emenda, visando garantir o adicional de condutor no percentual de 22%(vinte e dois por cento), sana prejuízos ao servidor.

Natal, 23 de junho de 2020.

Divaneide Basilio
Vereadora de Natal (PT)





PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020

Art. 1º Altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 190/2020, acrescentando a alteração da ementa da Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, com a seguinte redação:

“Art.1 º (...)

‘Cria a carreira dos Agentes de Mobilidade Urbana da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana – STTU’

”.

Natal, 22 junho de 2020.

KLEBER FERNANDES
VEREADOR - PDT

Letiade



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 84 / 2020
FOLHA: 12 PM

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020

Art. 1º Altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 190/2020, acrescentando parágrafo único ao artigo 20 da Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, com a seguinte redação:

"Art.20 (...)

Parágrafo único. Para efeitos desta lei, o período de licença para desempenho de mandato classista é considerado como de efetivo exercício."

Natal, 22 junho de 2020.

DIVANEIDE BASÍLIO
VEREADORA - PT

[Handwritten signature]
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
APROVADO

**EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020 QUE VISA
ALTERAR A LEI 6.419 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.**

*NETS NATA
O/AUTOR*

**A FAZER CONSTA AS SEGUINTE ALTERAÇÕES AO PL 190/2020, AO
QUAL PASSARÁ A TER A SEGUINTE REDACÇÃO:**

Art. 1º - Ficam transformadas, nos termos desta lei, as Carreiras de Agentes de Trânsito, Fiscais de Transportes urbanos e Fiscais de Transportes Coletivos, passando à denominar-se: **CARREIRA DOS AGENTES DE MOBILIDADE**.

Inciso VI: Fica assegurado o direito adquirido de todos os servidores da categoria, ativo e inativos, atingidos pela alteração da lei acima mencionada.

Art. 3º - Compete ao Agente de Mobilidade, cumprir e fazer cumprir as normas estabelecidas na Legislação de trânsito, no âmbito da circunscrição do Município do Natal, de acordo com as competências definidas no Código de Trânsito Brasileiro (Lei nº 9503, de 23 de setembro de 1997), bem como na lei nº 5022 de 08 de Julho de 1998, atribuindo-se a estes pela Lei 6.419/2013.

Parágrafo primeiro: Os cargos de provimento efetivo, Criados pelas leis: 5.027 de 15 de julho de 1998; 5.186 de 12 de maio de 2.000 e 5.712 de 18 de Janeiro de 2006, existentes na Secretaria de Mobilidade Urbana - STTU, serão enquadrados por transformação para o novo cargo, conforme linha de correlação estabelecida pelo Anexo III, parte integrante desta Lei.

Parágrafo segundo: Ficam aproveitados na nova função criada nos incisos XLVII a XLIX do art. 10, Lei Complementar nº 142/2014, de 28 de agosto de 2014. Os servidores efetivos ocupantes do cargo de Agente de Mobilidade, após a conclusão do concurso público para o cargo de Agente de Mobilidade.

Após a referida alteração, requer a que seja extinguido o Parágrafo único do Art. 18, bem como anexo III da PL xx/2020, a Lei 6.419/2013.

Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Lei nº 5.027/1998, Lei nº 5.186/2000 e Lei nº 5.712/2006.

[Assinatura]

PROCESSO Nº 34/2020
FOLHA Nº 13

ENQUADRAMENTO - LINHA DE CORRELAÇÃO

CMNat - Projeto de Lei
Número. 146/2020
Folha. 10

CARGOS ANTIGOS			NOVO GARGO	
CARGO	LEI CRIADORA	QUANTIDADE DE CARGOS	CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS
Agente de Trânsito	Lei nº 5.027/98	500	Agente de Mobilidade	900
Fiscal de Transporte Urbano	Lei nº 5.186/00	200		
Fiscal de Transporte Coletivo	Lei nº 5.712/06	200		

CMN - PROCESSO
34/2020
FOLHA: 13 P/M


Aroldo Alves da Silva
VEREADOR

CMNal - Projeto de Lei
Número: 110/2020
Folha: 18

JUSTIFICATIVA:

A emenda proposta vem adequar o Projeto de Lei em consonância com os anseios da classe à qual será atingida diretamente pela alteração da lei nº 6.419 DE 20 DE NOVEMBRO DE 2013.

Garantindo assim, um tratamento isonômico a todos os servidores da referida categoria, uma vez que, os direitos de todos os agentes de trânsito devem ser iguais, sem distinção, conforme assim prever a própria Constituição Federal.

Anteciosamnete,


Aroldo Alves da Silva
VEREADOR

CMN - PROCESSO
Nº 34/2020
FOLHA: 18 12/11/20



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 15 fmo

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020

Art. 1º Altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 190/2020, acrescentando o §4º ao artigo 14 da Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, com a seguinte redação:

"Art.14 (...)

§4º Enquanto não haja a publicação a regulamentação prevista no §1º, fica garantido o pagamento do adicional de qualificação de que trata esta Lei."

Natal, 22 junho de 2020.

DIVANEIDE BASÍLIO
VEREADORA - PT

[Handwritten signature]
APPROVADO
APPROVADO



Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal de Natal
Gabinete de Divaneide Basílio


divaneide
vereadora - PT

CMNat - Projeto de Lei
Número. 190/20
Folha. 21

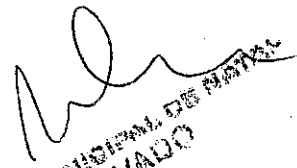
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020

Art. 1º Altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 190/2020, acrescentando o artigo 21-A à Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, com a seguinte redação:

"Art.21-A. Fica garantida a irredutibilidade de vencimentos aos ocupantes do cargo de agente ^{DE TRANSITO} ~~de trânsito~~, carreira extinta por esta lei.

Natal, 23 junho de 2020.

Divaneide Basílio
Vereadora de Natal (PT)



CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
APROVADO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

CMN - PROCESSO
Nº 34/2020
FOLHA: 16 PMW

EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020

Art. 1º Altera o art. 1º do Projeto de Lei nº 190/2020, acrescentando o artigo 21-A à Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, com a seguinte redação:

“Art.21-A. Fica garantida a irredutibilidade de vencimentos aos ocupantes do cargo de agente de trânsito, carreira extinta por esta lei.

Natal, 23 junho de 2020.

NINA SOUZA
VEREADORA - PDT

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020.

Art. 1º - Altera a redação do parágrafo único do art. 18, que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único.

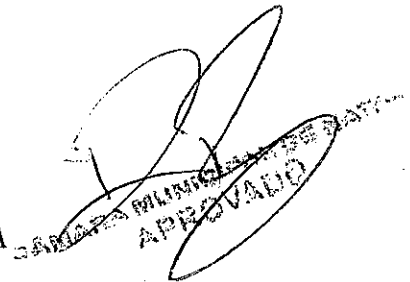
"Parágrafo único. Ficam aproveitados nos cargos criados pelo caput do art. 4º, os servidores efetivos, ocupantes dos cargos extintos pelo caput deste artigo – inclusive aqueles cuja lotação nos quadros da Secretaria de Mobilidade Urbana se deu por força de remanejamento ou redistribuição de outros órgãos/secretarias – respeitada a correlação prevista no Anexo III desta Lei."

Natal/RN, 10 de junho de 2020.



FÚLVIO SAULO M. DE SOUSA

Relator



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
APPROVADO



PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL
CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Gabinete do Vereador Preto Aquino

CMNat - Projeto de Lei
Número. 190/20
Folha. 24

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 17 P.M.V.

EMENDA MODIFICATIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020.

Art. 1º - Altera a redação do parágrafo único do art. 18, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Parágrafo único. Ficam aproveitados nos cargos criados pelo caput do art. 4º, os servidores efetivos, ocupantes dos cargos extintos pelo caput deste artigo – inclusive aqueles cuja lotação nos quadros da Secretaria de Mobilidade Urbana se deu por força de remanejamento ou redistribuição de outros órgãos/secretarias – respeitada a correlação prevista no Anexo III desta Lei.”

Natal/RN, 10 de junho de 2020.


Preto Aquino
Vereador
PSD

*Retirado
pelo autor*

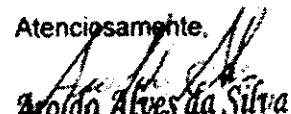
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020.

Art. 18º. Renomear parágrafo único, passando a ser parágrafo 1º. Que passa a vigorar com a seguinte redação:

Parágrafo único: Ficam aproveitados nos cargos criados pelo caput do Art. 4º, os servidores efetivos ocupantes dos cargos criados pela Lei. 5.02781998, repaginada a correção prevista no anexo III.

Natal/RN 25 de Junho de 2020.

Atenciosamente,


Aroldo Alves da Silva
VEREADOR

*Retirado pelo
autor.*

EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020.

Parágrafo único: Ficam aproveitados nos cargos criados pelo caput do Art. 4º, os servidores efetivos ocupantes dos cargos criados pela Lei. 5.027/1998, repaginada a correção prevista no anexo III.

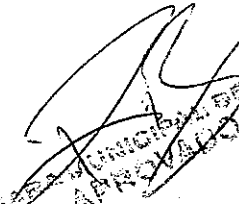
ENQUADRAMENTO - LINHA DE CORRELAÇÃO

CARGOS ANTIGOS			NOVO GARGO	
CARGO	LEI CRIADORA	QUANTIDA DE DE CARGOS	CARGOS	QUANTIDADE DE CARGOS
Agente de Trânsito	Lei nº 5.027/98	500	Agente de Mobilidade Urbana.	900

Natal/RN 25 de Junho de 2020.

Atenciosamente,

Aroldo Alves da Silva
VEREADOR

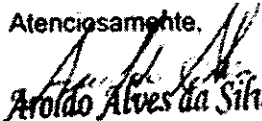

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

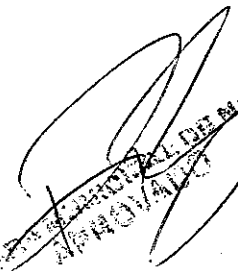
EMENDA ADITIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020.

Parágrafo terceiro: Ficam assegurado o direito adquirido de todos os servidores da categoria ativo e inativo, atingindo pela alteração da lei acima mencionada.

Natal/RN 25 de Junho de 2020.

Atenciosamente,


Aroldo Alves da Silva
VEREADOR


PREFEITO MUNICIPAL DE NATAL

vereador
Aroldo Alves
PELO BEM DE NATAL



vereador
Aroldo Alves
PELO BEM DE NATAL

CMN - PROJETO
Nº 182
FOLHA 182

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 19 *form*

EMENDA MODIFICADTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 190/2020.

Art. 18º. Renomear parágrafo único, passando a ser parágrafo 1º.

Natal/RN 25 de Junho de 2020.

Atenciosamente.

Aroldo Alves da Silva
Aroldo Alves da Silva
VEREADOR

[Signature]
APPROVADO

[Signature]



Número. 190/2020
Folha. 29

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 20 19/06/20

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTICA E REDAÇÃO FINAL

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA () PROCESSO

Nº 190/2020

Autor (a) Vereador (a): CHEFE DO EXECUTIVO

Chefe do Executivo: ☒


Relator (a) Vereador (a): KLEBER FERNANDES

VOTO DO RELATOR: FAVORÁVEL - com emendas (ORAC)

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____

Sala das Comissões, em 23 de JUNHO de 2020.


Vereadora Nina Souza
Presidente

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Luiz Almir
Vice-Presidente
() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro
() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

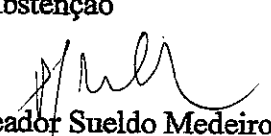

Vereador Fúlvio Mafaldo
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Kleber Fernandes
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro
() Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção


Vereador Sueldo Medeiros
Membro

- ☒ Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) AVOCO

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM 29/06/20


VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

CMN - PROCESSO
Nº 34/2020
FOLHA: 21 P.M.

Designo o (a) Vereador (a) Atro para nos termos do artigo 69 -
A do Regimento Interno da Câmara Municipal de Natal, emitir parecer a presente proposição
legislativa.
Natal, RN 24/06/20.


Ver. Raniere Barbosa
Presidente

COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTO, CONTROLE E FISCALIZAÇÃO.

- (X) PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA () PROCESSO

Nº 190/20.

Autor: Vereador (a) _____

Chefe do Executivo ☐

Relator: Vereador (a) _____

VOTO DO RELATOR: Favorável

Sala das Comissões, em 24 de junho de 2020.

Vereador Raniere Barbosa
Presidente

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Maurício Gurgel
Vice-Presidente

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Preto Aquino
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Aroldo Alves
Membro

- (X) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Fernando Lucena
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

AVOCOS

De acordo com a legalidade e
constitucionalidade, voto FAVORAVCZ.

A stylized handwritten signature, possibly reading 'F. A. V.', written in black ink.

Nedel 24/06/2020

**COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS
MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E MINORIAS**

Designo o vereador (a) Ana Paula

Para emitir parecer no prazo regimental de 15 (quinze) dias

Em, 26/06/2020

Maria Divaneide
Verª. Maria Divaneide
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DESPACHO

Designo o(a) vereador(a) Ana Paula para nos termos do artigo 50 e seguintes e artigo 157 do Regimento Interno, emitir parecer à presente proposição legislativa.
Natal, RN ____/____/____.

Verª. Maria Divaneide
Presidente

PARECER DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, PROTEÇÃO DAS MULHERES, DOS IDOSOS, TRABALHO E MINORIAS.

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA

Nº ____.

Autor: Vereador(a) ____.

Relator: Vereador(a) ____.

VOTO DO RELATOR: _____

Sala das Comissões, em ____ de ____ de 2020.

Vereadora Maria Divaneide
Presidente

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Vice-Presidente

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Ary Gomes
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Eleika Bezerra
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Maurício Gurgel
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção



CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
MESA DIRETORA

CMN - PROJETO DE L.
Nº
FOLHA: 34

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 23 *p.m.m.*

CERTIDÃO

CERTIFICO e dou fé que, na data de hoje, a presente proposição foi apreciada em Plenário, obtendo o seguinte resultado:

Proposição:

- | | |
|--|---|
| <input checked="" type="checkbox"/> Projeto de Lei <i>190/20</i> | <input type="checkbox"/> Projeto de Emenda à Lei Orgânica |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Lei Complementar | <input type="checkbox"/> Processo |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Resolução | <input type="checkbox"/> Emenda |
| <input type="checkbox"/> Projeto de Decreto Legislativo | <input type="checkbox"/> Outro: _____ |

Resultado da Votação:

- | | |
|---|--|
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado em 1ª Discussão | <input type="checkbox"/> Aprovado o Parecer da CCJ |
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado em 2ª Discussão | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Parecer da CCJ |
| <input type="checkbox"/> Aprovado em Votação Única | <input type="checkbox"/> Mantido o Veto |
| <input checked="" type="checkbox"/> Aprovado em Regime de Urgência –
Dispensa de Interstício | <input type="checkbox"/> Rejeitado o Veto |
| | <input type="checkbox"/> Retirado <input type="checkbox"/> Adiado <input type="checkbox"/> Prejudicado |

OBS:

Quórum:

- ☒ Maioria Simples ☐ Maioria Absoluta ☐ Maioria Qualificada ☐ Unânime

Natal, 25 de *junho* de 2020.

[Assinatura]
Presidente



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL

PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

DEPARTAMENTO LEGISLATIVO

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 29 Pm

PROCESSO	34/2020
INTERESSADO	Chefe do Executivo

CERTIDÃO

Este departamento legislativo certifica o recebimento da Mensagem nº 52/2020, do Chefe do Executivo, em 30 de junho de 2020, que trata do **VETO PARCIAL ao Projeto de Lei nº 190/2020**.

Cumpramos trazer que o Ofício nº 728/2020 - emitido pela Câmara Municipal de Natal e, adiante, recebido pelo Poder Executivo Municipal em 26/06/2020 - trata de remessa da Redação Final do PL nº 190/2020, aprovado em Plenário desta Casa Legislativa.

No que se refere ao prazo para apreciação pelo Prefeito, para vetar a matéria, estabelece a Lei Orgânica Municipal:

Art. 43 – *Omissis*.

§1º - Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no **prazo de quinze dias úteis**, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

Sendo assim, a interpretação devida do dispositivo acima transcrito faz saber que, a contar-se da ciência da matéria aprovada pelo Poder Legislativo Municipal, o prazo para informar sua intenção de vetar é de 15 (quinze) dias úteis, estando suas razões, ato contínuo, inclusas no prazo subsequente de quarenta e oito horas.

O veto em questão, acompanhado de suas razões, foi recebido por esta casa legislativa em 30 de junho de 2020. Isto posto tem que o Chefe do Poder Executivo Municipal apresentou Veto Parcial ao PL nº 190/2020, **dentro do prazo legal**, conforme detalhamento a seguir:

26/06/2020	sexta-feira	01º dia útil da contagem
27/06/2020	Sábado	Dia não útil
28/06/2020	Domingo	Dia não útil


29/06/2020	segunda-feira	02º dia útil da contagem
30/06/2020	terça-feira	03º dia útil da contagem (VETO RECEBIDO)
01/07/2020	quarta-feira	04º dia útil da contagem
02/07/2020	quinta-feira	05º dia útil da contagem
03/07/2020	sexta-feira	06º dia útil da contagem
04/07/2020	Sábado	Dia não útil
05/07/2020	Domingo	Dia não útil
06/07/2020	segunda-feira	07º dia útil da contagem
07/07/2020	terça-feira	08º dia útil da contagem
08/07/2020	quarta-feira	09º dia útil da contagem
09/07/2020	quinta-feira	10º dia útil da contagem
10/07/2020	sexta-feira	11º dia útil da contagem
11/07/2020	Sábado	Dia não útil
12/07/2020	Domingo	Dia não útil
13/07/2020	segunda-feira	12º dia útil da contagem
14/07/2020	terça-feira	13º dia útil da contagem
15/07/2020	quarta-feira	14º dia útil da contagem
16/07/2020	quinta-feira	15º dia útil da contagem *Fim do prazo do Chefe do Poder Executivo Municipal se manifestar.

Pelos motivos ora expostos, este Departamento Legislativo **CERTIFICA** a **tempestividade do veto** apresentado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Sem mais e, desde já, à disposição para eventuais esclarecimentos, é o que importa trazer.

Natal, 30 de junho de 2020

Virgílio Macedo Neto
Assessor Técnico Legislativo
Mat.: 5406692


Ives Kleiton da Silveira
Coordenador de Assuntos
Legislativos e Normativos
Matrícula: 5413435



Câmara Municipal de Natal

A casa do povo. A sua casa.

CMN - PROCESSO
Nº 34 / 2020
FOLHA: 28 FMM

DESPACHO

Processo

Considerando a leitura da presente proposição de n.º 34 / 2020 na data de hoje, encaminho os autos à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para análise e emissão de parecer no prazo de 15 dias, por se encontrar no regime de tramitação ordinário nos termos do artigo 52, II, do Regimento Interno desta casa legislativa.

Natal/RN, 02 de Julho de 2020.

PRESIDENTE

PARECER

Após a devida análise, salvo melhor juízo, entende esta Procuradoria Legislativa que a presente proposição deve tramitar nas comissões de:

- ☒ Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final
- ☒ Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização
- ☒ Comissão de Planejamento Urbano, Meio Ambiente, Transportes, Habitação, Legislação Participativa e Assuntos Metropolitanos
- ☒ Comissão de Saúde, Previdência e de Assistência Social
- ☐ Comissão de Defesa do Consumidor
- ☐ Comissão dos Direitos das Pessoas com Deficiência e Mobilidade Reduzida
- ☐ Comissão de Ética Parlamentar
- ☐ Comissão de Indústria, Turismo, Comércio e Empreendedorismo
- ☒ Comissão de Direitos Humanos, Proteção das Mulheres, Idosos, Trabalho e Minorias
- ☐ Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia e Inovação.

O presente parecer é opinativo, cabendo à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final a decisão final sobre o seu trâmite, nos termos do Ato 03/17.

Natal/RN, 09 de Julho de 2020.

Nancy Rose OLIVEIRA 9092

PROCURADOR

PROCURADORIA LEGISLATIVA

**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA
E REDAÇÃO FINAL**

DESIGNO O VEREADOR (A) 10/11/18 S.M.F. 20

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, 20/11/2020

8/ VER^a. NINA SOUZA
PRESIDENTE



Nina Souza
VEREADORA

Estado do Rio Grande do Norte
Câmara Municipal do Natal – Palácio Padre Miguelinho
GABINETE DA VEREADORA NINA SOUZA

C.M. NATAL
PROCESSO Nº 34/20
FOLHA Nº 37

Processo nº: 34/2020

Relator: Ver. Nina Souza

Recebido em 19/08/2020
Albino

Maria Lima Batista Falcão
Comissão Técnica
Mat. 1.205-3

PARECER

*Da Comissão de Legislação, Justiça e
Redação Final, Veto Parcial ao Projeto de
Lei nº 190/2020, de autoria do Poder
Executivo, que altera e acrescenta
dispositivos da Lei à Lei nº 6.419 de 20 de
novembro de 2013, e dá outras
providências.*

I – RELATÓRIO

01. Cuida-se de análise do Processo nº 34/2020, cujo objeto é o Veto Parcial ao Projeto de Lei nº 190/2020, de autoria do Chefe do Executivo, que “*Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419 de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências*”

02. Passamos à análise.

II - FUNDAMENTAÇÃO

03. Inicialmente, tem-se que o Projeto de Lei em discussão é de Autoria do próprio Chefe do Executivo.

04. Sendo assim, por óbvio, o veto parcial se deu sob análise as emendas propostas pelos nobres edis.

05. Contudo, o texto das razões de veto é contraditório, posto que, ao invés de combater as alterações, expressamente as ratifica, senão veja:

CÂMARA MUNICIPAL DO NATAL
Rua Jundiá, 546, Tirol, Natal/RN
(84) 3232.4701 / (84) 99461.6462
assessoriaaldocemente@gmail.com

"Com efeito, não se vislumbra óbice de cunho jurídico no que é tratado pela grande maioria das alterações propostas à Lei 6.419, de 20 de novembro de 2013, pelo Projeto de Lei em questão, especialmente acerca da criação da Carreira de Agentes de Mobilidade Urbana, bem como as delimitações legais e administrativas e as que tangem acerca da competência de nova carreira.

No caso específico da presente proposição normativa, é possível sanção respectiva, vem que, dentre as diversas competências legislativas abrangidas pela esfera de atuação do Município, encontra-se o interesse na criação da Carreira em questão."

06. Ora, o primeiro parágrafo acima, aponta que a maioria das propostas não encontra óbice jurídica, não discriminando as que supostamente teriam algum entrave nesse sentido.

07. Na mesma esteira, o segundo parágrafo supracitado apenas indica quem a criação de carreira merece aprovação por atender aos interesses do ente.

08. Sendo assim, não resta apontado nas razões de veto, quais dispositivos estariam sendo vetados e ainda que se entendesse que todos os que não tratem da criação da carreira, foram objeto do Veto, mesmo as fundamentação individual deveria ter sido apresentada.

09. Isso, pois o veto deve ser sempre motivado, em virtude do que traz a Carta Magna, com aplicação simétrica no ente municipal:

"Art. 66. A Casa na qual tenha sido concluída a votação enviará o projeto de lei ao Presidente da República, que, aquiescendo, o sancionará.

(...)

§ 1º Se o Presidente da República considerar o projeto, no todo ou em parte,

inconstitucional ou contrário ao interesse público, vetá-lo-á total ou parcialmente, no prazo de quinze dias úteis, contados da data do recebimento, e comunicará, dentro de quarenta e oito horas, ao Presidente do Senado Federal os motivos do veto."

10.

A Lei Orgânica Municipal segue em mesmo sentido:

"Art. 43 Concluída votação do projeto de lei, a Mesa Diretora o remete ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, o sanciona.

§ 1º Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no prazo de quinze dias úteis, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato."

11.

Também o Regimento Interno da Câmara traz:

Art. 201 Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, a Mesa Diretora terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para remeter ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, o sanciona em igual prazo.

§ 1º Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no prazo de quinze dias úteis, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

12.

Como já explicitado, as Razões de Veto apresentadas, apontam apenas fundamentação para aprovação da criação de carreira e não indicam expressamente nenhuma proposta a ser rejeitada, tampouco motivação



Nina Souza
VEREADORA

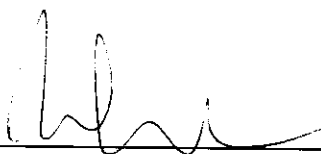
para rejeição.

C. M. NATAL
PROCESSO Nº 34/20
FOLHA Nº: 30

13. Sendo assim, tem-se que, para fins práticos e jurídicos, o Veto em discussão, não veta efetivamente nada.

14. Dessa forma, tendo em vista que operou-se a preclusão para que o Chefe do Executivo tratasse do que pertine à essa fase do processo legislativo, opino por sua continuidade, nos termos da Lei, em especial do Art. 43 da Lei Orgânica Municipal e 201 do Regimento Interno da Câmara.

Natal, 29 de junho de 2020.



NINA SOUZA
Vereadora - PDT



ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CÂMARA MUNICIPAL DE NATAL
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO

C. M. NATAL
PROCESSO Nº
FOLHA Nº: 31/2020
31/08

PARECER DA COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO FINAL

- () PROJETO DE LEI () RESOLUÇÃO () DECRETO LEGISLATIVO
() EMENDA À L.O.M. () VETO () PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR
() EMENDA () PROCESSO

Nº 34/2020.

Autor (a) Vereador (a): _____.

Chefe do Executivo: ☒

Relator (a) Vereador (a): Nina Souza.

VOTO DE DIVERGÊNCIA: _____

RESULTADO DA DIVERGÊNCIA: _____.

VOTO DO RELATOR: Pela derrubada do veto.

Sala das Comissões, em 31 de agosto de 2020.

Vereadora Nina Souza
Presidente

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Fúlvio Mafaldo
Membro

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Sueldo Medeiros
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Luiz Almir
Vice-Presidente

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Kleber Fernandes
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereadora Ana Paula
Membro

- () Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

Vereador Preto Aquino
Membro

- (☒) Favorável ao Parecer
() Contrário ao Parecer
() Abstenção

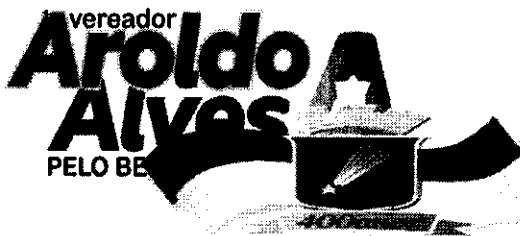
**COMISSÃO DE FINANÇAS, ORÇAMENTOS, CONTROLE E
FISCALIZAÇÃO**

DESIGNO O VEREADOR (A) *Arildo Alves*

PARA EMITIR PARECER NO PRAZO REGIMENTAL DE 15 (QUINZE) DIAS
INICIANDO EM, *23/09/2020*



VER. RANIERE BARBOSA
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Natal
A CASA DO POVO. A NOSTRA CASA.

C. M. NATAL
PROCESSO Nº 34/20
FOLHA Nº 33 AA

GABINETE DO VEREADOR AROLDO ALVES
PALÁCIO PADRE MIGUELINHO
Comissão de Finanças, Orçamento, Controle e Fiscalização.

processo nº 34/2020

Chefe Interessado: Chefe do Executivo

PARECER

I - RELATÓRIO

Trata-se da análise de análise do **processo nº 34/2020**, de iniciativa do chefe do poder executivo, visa vetar os artigos ao Projeto de Lei 190/2020, de autoria do Chefe do Executivo, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências.

A comissão de constituição e justiça emitiu parecer desfavorável a manutenção do veto.

É o breve relatório.

II - ANALISE

O objetivo primordial deste processo de iniciativa do chefe do poder executivo, visa vetar os artigos ao Projeto de Lei 190/2020, de autoria do Chefe do Executivo, que "Altera e acrescenta dispositivos à Lei nº 6.419, de 20 de novembro de 2013, e dá outras providências.

Porém, o prazo para que fosse vetado encontra-se encartado no art. 43 da Lei orgânica Municipal, senão vejamos:

"Art. 43 Concluída votação do projeto de lei, a Mesa Diretora o remete ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, o sanciona.
§1º Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no prazo de quinze dias úteis, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato."

COMISSÕES TÉCNICAS
Recebido em 16/12/2020

No mesmo passo, vai também o Regimento Interno da Câmara traz:

Art. 201 Aprovado o projeto de lei, na forma regimental, a Mesa Diretora terá prazo de 15 (quinze) dias úteis para remeter ao Prefeito Municipal que, aquiescendo, o sanciona em igual prazo.

§ 1º Considerando o projeto, total ou parcialmente, inconstitucional ou contrário ao interesse público, o Prefeito pode vetá-lo no prazo de quinze dias úteis, contados de seu recebimento, comunicando o veto ao Presidente da Câmara Municipal, dentro de quarenta e oito horas, com os motivos do ato.

Como já explicitado, as Razões de Veto apresentadas, apontam apenas fundamentação para aprovação da criação de carreira e não indicam expressamente nenhuma proposta a ser rejeitada, tampouco motivação para rejeição.

Sendo assim, tem-se que, para fins práticos e jurídicos, o veto em discussão, veta efetivamente nada.

Dessa forma, tendo em vista que se operou a preclusão para que o Chefe do Executivo tratasse do que pertine à essa fase do processo legislativo, opino por sua continuidade, nos termos da Lei, em especial do Art. 43 da Lei Orgânica Municipal e 201 do Regimento Interno da Câmara.

É importante destacar, o presente veto não tem mais eficácia jurídica, tendo em vista sua preclusão.


Assim, operando a preclusão do referido veto, o parecer é no sentido que seja o veto em questão seja derrubado, pois é a única medida correta a ser tomada.

III - VOTO

Isto posto, após análise do mérito do processo nº 34/2020, opino pela **DERRUBADA DO VETO**, pelo fato de o mesmo atender ao interesse público, não apresentar vícios de constitucionalidade, nem tampouco contrariar a Lei Orgânica do Município.



Sala das sessões da Câmara Municipal de Natal, Palácio Padre
Miguelinho, em Natal, 07 de Dezembro de 2020.


AROALDO ALVES DA SILVA
VEREADOR SDB

C.M. NATAL
PROCESSO Nº 34/20
FOLHA Nº 35 